

1

2

3

4

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA - CTOC

5

6

7

Data: 30 e 31 de julho de 2007

8

Local: – Belo Horizonte - MG

9

PARTICIPANTES:

10 Poder Público Estadual (IGAM/MG): Maricine Menezes de Oliveira Mattos Paixão, suplente;

11 Poder Público Estadual (SRH/BA): Elba Alves Silva - suplente;

12 Poder Público Estadual (SEMARH/SE): Renilda Gomes de Souza;

13 Poder Público Estadual (SRH/PE): Simone Rosa da Silva, membro titular;

14 Setor Usuário (CHESF): Douglas Falcão Wanderley, membro titular;

15 Setor Usuário (AIBA/BA): João Lopes de Araújo, membro titular e coordenador;

16 Setor Usuários (FIEMG): Wagner Soares Costa – titular;

17 Setor Usuário (FIEMG/MG): Ana Cristina da Silveira, membro suplente representante;

18 Setor Usuário (COPASA): Valter Vilela Cunha;

19 Setor Usuário (CEMIG/MG): Marcelo de Deus;

20 Setor Usuário (FIEB/BA): Valter Farias G. Junior – suplente;

21

FALTAS JUSTIFICADAS:

22 **Sociedade Civil (ABAS/MG): Maria de Fátima Guimarães Gouvêa, membro titular;**

23

AUSENTES:

24 Setor Usuário (Pessoa Física/BA): Iolanda Weiss Naressi, membro titular;

25

CONVIDADOS:

26 Poder Público Federal (ANA): Wilde Gontijo

27 Poder Público Federal (ANA): Patrick Thomas

28 Setor Usuário (CEMIG/MG): Rander Abrão Tostes

29 Sociedade Civil (CBH Velhas): José Nelson de A. Machado

30 Sociedade Civil (UFMG): Thomas Mata Machado

31 Empresa GAMA: Jaildo Santos Pereira

32

RELATORIA

33 Rita Paula Santos, Coordenação de Mobilização do CBHSF

34

PAUTA

35

Dia 30 de Julho:

36

1. Metodologia de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco, Base de Cálculo: lançamento de efluentes;

37

38

2. O que ocorrer;

39

Dia 31 de Julho (Reunião conjunta CTIL, CTOC e CTPPP):

40

3. Apresentação da Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre Agência de Água da Bacia;

41

42

4. Apresentação da Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre a Implementação da Cobrança;

43

44

5. Discussão das Câmaras Técnicas e elaboração de minuta de parecer;

45

46

6. O que ocorrer;

47

No dia 30 de julho iniciou-se a reunião com a leitura da ata da última reunião e foram feitas alterações e correções apresentadas por Patrick Thomas/ANA com texto encaminhado por

48 Wilde Gontijo/ANA e aprovados por todos da CT. Neste momento o representante da FIEB/BA
49 Valter Farias G. Junior pede para apresentar dois slides onde apresenta gráficos sobre
50 parâmetros a serem analisados para cobranças da tarifa de água na irrigação (**material em**
51 **anexo**). Todos os participantes da CT concordam e o mesmo faz sua exposição. Ao término
52 desta Patrick Thomas/ANA fez esclarecimentos sobre a questão da variação do coeficiente de
53 captação ao qual foi referido na exposição de Valter Farias G. Junior/FIEB/BA, Douglas
54 Falcão/CHESF sugeriu a inclusão do “índice de aridez = precipitação/evapotranspiração”
55 (conforme discutido na reunião da Câmara Consultiva Regional do Baixo), como uma das
56 formas de incluir a diversidade regional (na bacia do São Francisco quase sempre associada a
57 este índice). Jaildo Santos Pereira/GAMA fez considerações sobre as taxas que serão
58 aplicadas para todos os irrigantes levando em considerações os descontos/redução já
59 estudadas. Wagner Costa/FIEMG pergunta se o irrigante não estaria sendo beneficiando duas
60 vezes com as reduções proposta ao segmento? Valter Farias G. Junior/FIEB/BA faz referência
61 a pouca divulgação para a eleição do CBHSF e os irrigantes não elegeram representantes da
62 FIEB. A SECEX através da coordenadora de mobilização Rita Paula Santos informou que ele e
63 outros podem participar das reuniões das câmaras consultivas - CCR uma vez que as reuniões
64 são abertas a todos os interessados. Assim Patrick Thomas/ANA informou sobre as ultimas
65 reuniões de CCRs no baixo e médio São Francisco no qual participou, na sua opinião a
66 necessidade de maior divulgação para que outras pessoas que não fazem parte da CCR
67 possam participar pois nestas reuniões percebeu a ausência de grandes usuários, a presença
68 da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas - CASAL e não
69 da Companhia de Saneamento Sergipe – DESO. Elba Alves Silva/SRH/BA informou sobre a
70 indicação oficial enviada a SECEX com o nome dos representantes da SRH/BA, Patrick
71 Thomas/ANA pede para acrescentar um ponto de pauta para colocar a proposta de
72 recomposição da CTOC. Wagner Costa/FIEMG fez colocações sobre a necessidade de rever o
73 número de participantes e o regimento do CBH e CTs com relação as vagas que ficaram em
74 abertas após as plenárias setoriais. A partir deste informes e colocações iniciou-se o primeiro
75 ponto de pauta com a apresentação de Metodologia de Cobrança pelo Uso de Recursos
76 Hídricos da Bacia do rio São Francisco, Base de Cálculo: lançamento de efluentes feito por
77 Patrick Thomas/ANA, esta apresentação está disponível no site do Comitê como acordado
78 anteriormente. Durante esta apresentação foi aprovada e mantida a base de cálculo para a
79 cobrança já mostrada na última reunião para os usos de captação e consumo, além disso
80 também foi aprovada a base de cálculo para o lançamento de efluentes, que é a carga de DBO
81 lançada. Abriu-se um pequeno debate para dúvidas e esclarecimentos e encerrou-se este
82 ponto de pauta. O segundo ponto de pauta foi a apresentação da proposta de Patrick
83 Thomas/ANA para apresentar a sua proposta de recomposição da CTOC. Durante a
84 apresentação varias considerações foram feitas pelos representantes desta Câmara Técnica,
85 Douglas Falcão/CHESF argumentou que já havia sido decidido na ultima reunião que as
86 sugestões de composição da CTOC deveria ser levadas a nova diretoria do Comitê, Wagner
87 Costa/FIEMG afirmou que a ANA pode participar sem que haja necessidade de retirar vagas de
88 outros Estados ou diminuir participação dos representantes atuais; Simone Rosa/SRH/PE disse
89 que os representantes indicados devem ser de organizações científica em âmbito nacional,
90 Wagner Costa/FIEMG novamente argumentou que a ANA é sempre bem vinda portanto não há
91 necessidade de abrir espaço/vaga na CT para sua participação. Encerrou-se assim o primeiro
92 dia de reunião.

93

94 **RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS (dia 30/08)**

95

- 96 • maior divulgação nas reuniões da CCR para que outras pessoas além dos membros do
- 97 CBHSF e grandes usuários possam participar;
- 98 • rever o número de participantes e o regimento do CBH e CTs com relação as vagas que
- 99 ficaram em abertas após as plenárias setoriais;
- 100 • aprovada e mantida a base de cálculo para a cobrança para: captação, consumo e
- 101 lançamento de efluentes, que é a carga de DBO lançada;
- 102 • sugestões de composição da CTOC deve ser levada a nova diretoria do Comitê,
- 103 • ANA pode participar da CTOC e CTIL sem que haja necessidade de retirar vagas de
- 104 outros Estados ou diminuir participação dos representantes atuais;
- 105 • representantes indicados devem ser de organizações científica em âmbito nacional;

106

107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165

REUNIÃO CONJUNTA CTIL E CTOC

No dia 31/08 a reunião foi aberta pelos coordenadores Ana Cacilda/SRH coordenadora da CTIL e João Araújo/Aiba coordenador da CTOC que apresentaram a pauta conjunta de trabalho para o dia.

PAUTA

Dia 31 de Julho:

1. Apresentação da Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre Agência de Água da Bacia;
2. Apresentação da Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre a Implementação da Cobrança;
3. Discussão das Câmaras Técnicas e elaboração de minuta de parecer;
4. O que ocorrer;

Ana Cacilda esclarece aos presentes que a CTIL entendeu não haver ainda amadurecimento suficiente para apresentar uma proposição quanto ao modelo jurídico de agência. Houve uma breve apresentação de todos os presentes e deu-se início a apresentação de Wilde Gontijo/ANA de acordo com a pauta deste dia falando sobre “Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre Agência de Água da Bacia”, antes de sua apresentação informou que o contrato de Maria Luiza Granziera iniciou-se com a assinatura em 26/10/2006 com prazo final para o dia 10/08/2007 na plenária do CBHSF, disse ainda que as discussões ficaram prejudicadas por falta de maior envolvimento da CTAI nestas discussões, pois a mesma esteve neste período envolvida no processo eleitoral do CBHSF. Fez uma demorada exposição sobre os produtos já apresentados pela consultora, os relatórios de números 2 e 3, algumas dúvidas surgiram e foram sanadas e em seguida falou sobre a o relatório de numero 4 – Avaliação Jurídico Institucional das Alternativas, o qual já havia sido enviado a todos os representantes das CT’s e se encontrava disponível no site do CBHSF. Dentre os tópicos levantados, tem-se a verificação da similaridade entre as legislações estaduais de recursos hídricos, a verificação da não existência na Bacia de uma entidade que possa exercer a função de Agência de Água, a necessidade de existência nos Estados de uma lei similar a 10881/04, necessidade de aprofundamento das discussões das funções de comitê e de agência (articulação política X articulação técnica), entre outros. Com relação ao produto 4 Wilde/ANA falou sobre a possibilidade da Agência ser para um ou mais Comitês, que a articulação política é feita pelo Comitê e a articulação técnica pela agência, expôs sobre a relação contratual e as diferentes atribuições dos órgãos de Estados. Rosalvo Oliveira Jr/MIN colocou que deve estar muito claro durante a plenária o que é atribuição do Comitê e da agência, Marcelo de Deus/CEMIG diz que “não apenas se coloca as atribuições das agências e dos Comitê, mas sim, deixar claro as atribuições de quem faz o quê e onde se faz”. Wilde Gontijo/ANA continua sua exposição e fala sobre como Entidade Delegatária deve atuar: sua atribuições, definição de custo, contrato de gestão (metas, indicadores e condições), indicação pelos CBHs, delegação ao CNRH e CERHs e a cobrança pelo uso. José Nelson/CBHVelhas esclarece que a Peixe Vivo foi criada em março de 2006, só está equiparada e não funciona ainda como agência, o cronograma para funcionamento final como agência deve sair em 2008 através do IGAM. Wilde Gontijo/ANA continua sua exposição falando agora sobre Consórcio Público de Direito Público: protocolo de intenções, ratificação por leis, indicação dos CBHs e delegação ao CNRH e CERH. Após a explicação foi feito um encaminhamento para a CTIL que consiste na realização de uma oficina de trabalho, construída de forma coletiva, englobando a seguinte pauta, distribuída em 4 tópicos: 1. missão/visão de futuro, atribuições Agência X Comitê, estrutura executiva, sustentabilidade financeira, normativos para atuação. 2. Normativos: ajustes nas legislações – 10.881/04, CFURH – compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, deliberações. 3. Contrato de Gestão: programa de trabalho, metas e indicadores de desempenho. 4. Articulação. Durante esta exposição vários esclarecimentos foram feitos. Ana Cacilda/SRH-BA diz que não existe amadurecimento da CTIL para recomendar a plenária o modelo jurídico institucional para o CBHSF o que se pode é colocar os estudos e entendimentos obtidos até o momento pela CTIL, continua dizendo que “há necessidade de aprofundamento dos estudos dos 2 exemplos de associação civil e que a CTIL não apresentará uma minuta de deliberação e sim um parecer e recomendações ao plenário do

166 CBHSF. Também colocou sobre a não participação da CTAI nestas discussões o que não se
167 cumpre o que foi colocado na deliberação nº 30 do CBHSF. Thomaz Mata Machado/UFMG
168 pergunta objetivamente se a CTIL apresentará uma proposta de deliberação e Ana Cacilda
169 esclarece quanto a necessidade de deliberar, ou não, neste momento. Coloca ainda que a
170 CTAI não fez sua análise sobre o tema e que a discussão efetiva de mérito se daria de agora
171 em diante. Fala da necessidade de se seguir o cronograma, fazendo o aprofundamento das
172 questões e em função destes itens, não será apresentado proposta de deliberação e sim um
173 relato de critérios. Ana Cacilda afirma ainda não ter dialogado com a Diretoria Colegiada ainda
174 que a CTIL tenha feito o pedido reiteradas vezes. Em nome da CTIL, pede uma reunião
175 conjunta CTIL, CTAI e Diretoria Colegiada a realizar-se antes da plenária de Piranhas. Márley
176 Mendonça/MMA diz que as discussões da agência vão muito além do âmbito da CTIL e que o
177 papel dela é corroborar ou não o que está sendo apontado no trabalho da consultora. Vê
178 também a necessidade de uma concertação política no sentido de avaliar se há ou não
179 condições políticas para a escolha de uma situação A ou B de modelos de agência. Foi
180 proposto que a CTAI encaminhe esforços no sentido de uma articulação institucional com a
181 União, Estados, Usuários, Organizações Cívicas e CBH afluentes. Também foi proposto que os
182 gestores estaduais e a ANA devem encaminhar esforços no sentido da operacionalização da
183 Agência no que se refere a: estrutura para arrecadação, procedimentos para o apoio e
184 acompanhamento do contrato de gestão e fluxo financeiro. Visando atingir estas metas, propõe-
185 se a construção de uma agenda para que a agência e cobrança possam significar a integração
186 de ações entre a União e os Estados. Encerrou-se assim o primeiro ponto de pauta. Dando
187 seqüência à pauta, Patrick Thomas/ANA fez a “Apresentação da Situação Atual de
188 Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre a Implementação da Cobrança” Ao
189 término de sua apresentação, Patrick fez algumas considerações: 1- segundo a Lei 9433/97, só
190 pode ter cobrança, onde exista comitê de bacia; 2- a cobrança condominial não é suficiente
191 para garantir a viabilidade financeira do CBHSF entretanto a simulação com 1% de
192 arrecadação alternativa pode-se viabilizar financeiramente o funcionamento da agência de
193 bacia do CBHSF, 3- os estudos da GAMA Engenharia se encerram em 05 de setembro de
194 2007, a empresa tem um mês a partir desta data para apresentação do relatório final, mas,
195 independente dessa data, as discussões devem continuar para as definições de valores a
196 serem cobrados. Douglas Falcão/CHESF esclareceu a questão da arrecadação/compensação
197 que a CHESF já paga. Ana Cacilda SRH-BA coloca que há necessidade de mais envolvimento
198 dos usuários nas discussões sobre a implementação da agência e cobrança. A partir deste
199 ponto aconteceu uma apresentação de Empresa GAMA Engenharia através de seu
200 representante Jaildo Pereira, falou sobre o plano de trabalho, o cronograma de entrega e quais
201 produtos já foram apresentados pela GAMA, esclareceu que estão sendo elencadas as
202 variáveis das agências existentes para ver se serão as mesmas variáveis a serem aplicadas no
203 São Francisco, continua em andamento o levantamento dos dados dos usuários característicos
204 da região para daí saírem às propostas para os valores de cobrança. Levantou-se a
205 necessidade de troca de documentos técnicos entre a CTIL e CTOC e a necessidade de uma
206 reunião CTOC para o início de setembro. Rosalvo Oliveira Junior/MIN diz que os bancos de
207 dados existentes no MIN foram colocados à disposição da GAMA Engenharia e, entretanto não
208 foi usado. Jaildo Pereira agradece e explica que não houve necessidade de uso desses dados,
209 pois a GAMA Engenharia possui um banco de dados e uma técnica que já estava com este
210 levantamento feito e alguns dados são levantados diretamente no campo in locu com o próprio
211 usuário para que se possa estar mais próximo da realidade daquela região. Foi esclarecido
212 ainda que depois do contrato terminado ANA/Gama Engenharia, há um prazo de 30 dias para
213 que a empresa seja paga (até 5 de outubro). Encaminhou-se que pedido a Diretoria Colegiada
214 nova (a ser constituída), que se faça a distribuição de indicação das Câmaras Técnicas, através
215 da entrega de formulários e, assim que a CTOC exista, que seja feita uma reunião com a
216 participação de Jaildo Pereira. O terceiro ponto de pauta “Discussão das Câmaras Técnicas e
217 elaboração de minuta de parecer” abriu-se uma discussão com Ana Cacilda SRH-BA
218 reafirmando que “não existe amadurecimento da CTIL para recomendar a plenária o modelo
219 jurídico institucional para o CBHSF, a CTIL não apresentará uma minuta de deliberação e sim
220 um parecer e recomendações ao plenário do CBHSF”. Foi proposto pela CTIL a confecção de
221 banners explicativos para serem levados a plenário do Comitê, os representantes da CTIL
222 presentes nesta Plenária devem estar informando e esclarecendo a todos os membros atuais e
223 novos sobre os modelos jurídicos institucionais possíveis para a criação da Agência de Água da
224 Bacia do São Francisco e a confecção ficará a cargo da Agência Nacional de Águas (layout

225 deve ser enviado a Wilde Gontijo). Ana Cacilda/SRH-BA coloca novamente a necessidade de
226 reunião com a Diretoria Colegiada e se diz decepcionada por saber da decisão da diretoria pelo
227 modelo jurídico de entidade delegatária de associação civil apenas hoje. Thomaz Mata
228 Machado/UFMG coloca que a CTIL deveria apresentar decisão pela natureza jurídica e isso
229 esta absolutamente claro qual a decisão a ser tomada; coloca ainda que há diferenças entre a
230 posição da Câmara Técnica e da Diretoria Colegiada e que estas realidades devem ser
231 apresentadas em plenário; Patrícia Maia/CHESF diz que ficou surpresa com a reunião dos
232 órgãos gestores sem a participação das CT's e Wilde Gontijo/ANA passou que as pessoas que
233 estavam presentes nesta reunião estão muito abaixo das discussões que as Câmaras Técnicas
234 estão realizando; Larissa Cayres coloca a sua decepção pela posição assumida pela Diretoria
235 Colegiada; Fátima Acioly/CASAL-AL diz que a Diretoria Colegiada vai reconhecer o trabalho
236 feito pela CTIL e entender sua posição e não há porquê haver "racha" com a Diretoria por esta
237 postura da CTIL; Patrick Thomas/ANA diz que ficaria surpreso se a CTIL tomasse a decisão,
238 pois esta decisão é mais política do que técnica, a CTIL mostra que entende que tem duas
239 figuras adequadas e apresenta ao plenário e este decide, a decisão nunca será da Diretoria
240 Colegiada com a CTIL; Wilde Gontijo/ANA explica que a reunião que aconteceu em Brasília
241 com os representantes dos órgãos gestores foi para nivelar e tomar decisão política houve
242 unanimidade pela entidade delegatária de associação civil, conhecimento técnico eles não
243 tinham; continua dizendo que há necessidade que o processo de cobrança avance e a
244 discussão sobre a entidade delegatária seja feita, deve-se tirar da plenária de Piranhas um
245 plano objetivo com metas, datas, etc., construir o pacto de gestão através da CTAI e o trabalho
246 da CTIL deve subsidiar a discussão; Rosalvo Oliveira Junior/MIN coloca que "a CTIL não quer e
247 não vai deliberar e se quiser agente judicializa pelo não cumprimento da deliberação nº 30";
248 Marcelo de Deus/CEMIG pondera quanto a necessidade de existência de diálogo entre a
249 Diretoria Colegiada e a CTIL, havendo diferenças entre a decisão política e a decisão técnica.
250 Diante as discussões apresentadas, Thomaz da Mata Machado indica a necessidade de
251 conversar mais sobre o tema e que a Diretoria deve se reunir e discutir politicamente e ter uma
252 conversa maior com as CT's envolvidas no processo. Ana Cacilda pede a Thomaz da Mata
253 Machado que relate frente a Diretoria Colegiada o esforço empreendido pela CTIL e que em
254 Piranhas, seja feita uma reunião CTIL, CTOC e Diretoria Colegiada para tentar chegar a um
255 consenso. Coloca ainda que deve haver uma intervenção necessária da CTAI em todos os
256 produtos da consultora e pede a sua presença quando da próxima reunião CTIL. Foi proposto
257 uma consulta a Diretoria Colegiada para que haja uma reunião CTIL/DirCol, no dia 08 de
258 agosto, às 17 h, em Piranhas

259
260
261
262
263
264
265
266

JOÃO LOPES DE ARAÚJO
COORDENADOR CTOC

RITA PAULA SANTOS E SILVANA TOSTA
RELATORIA